

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.485 - PB (2019/0193302-0)

RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RECORRIDO : EVELINE ALVAREZ DOS SANTOS
ADVOGADO : HAROLDO ABATH DO REGO LUNA NETO - PB012775

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Eveline Alvarez dos Santos impetrou mandado de segurança contra ato atribuído ao Presidente da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos da Universidade Federal da Paraíba, com valor da causa atribuído em R\$ 1.000,00 (um mil reais), em setembro de 2016, tendo como objetivo que o impetrado seja compelido a expedir a competente certidão de regularidade quanto à acumulação de cargos, a fim de que seja garantido o seu direito à posse no cargo para o qual foi aprovada no processo seletivo regido pelo Edital n.º 60/2016.

Após sentença que concedeu a segurança pleiteada, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, ficando consignado que o fato de a carga horária de trabalho da particular, no exercício cumulado dos cargos públicos, atingir 70 (setenta) horas semanais, não implicará, por si só, a ilegalidade da cumulação, ante da ausência de previsão constitucional ou legal no sentido da limitação de carga horária.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. POSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL À CARGA HORÁRIA MÁXIMA.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por EVELINE ALVAREZ DOS SANTOS contra ato atribuído ao PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, objetivando a certidão de regularidade de acumulação de cargos, para garantir o seu direito à posse no cargo para o qual foi aprovada no processo seletivo regido pelo Edital n.º 60/2016.

2. O MM. Juiz Federal da Seção Judiciária da Paraíba concedeu a segurança pleiteada, ratificando a liminar, " para determinar que o impetrado expeça em nome da impetrante, a competente certidão de regularidade quanto à acumulação de cargos e, observados os demais requisitos legais, garanta o

Superior Tribunal de Justiça

direito à posse no cargo para o qual ela foi aprovada através do processo seletivo regido pelo Edital n.º 60/2016, da Universidade Federal da Paraíba".

3. Apelação manifestada pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB. Em suas razões recursais, insurge-se a UFPB alegando, em síntese, que " a acumulação de cargos, quando a carga horária semanal for superior a 60 (sessenta) horas, não observa o requisito da compatibilidade de horários, muito embora possa não existir superposição de horários. Por todo o exposto, constata-se a . ausência de direito líquido e certo do Impetrante, que vem acumulando ilegalmente os cargos"

4. É vedada a acumulação de cargos públicos quando a soma da carga horária referente aos dois cargos ultrapassar o limite máximo de 60 horas semanais. Entendimento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em MS 19.336/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Rel. p/ acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 14/10/2014. Ainda que o Parecer da AGU n.º 145/98, que autoriza a cumulação de cargos apenas quando a soma da carga horária não ultrapassar 60 horas semanais, tal parecer não é baseado em lei federal. Cabe e deve ser levado em conta, o princípio constitucional da eficiência, na medida em que o profissional precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho.

5. O caso dos autos não envolve nenhum cargo que deve ser exercido em regime de dedicação exclusiva, tampouco há demonstração de incompatibilidade de horários no exercício dos cargos. O fato de a carga horária de trabalho da particular, no exercício cumulado dos cargos públicos, atingir 70 (setenta) horas semanais, não implicará, por si só, a ilegalidade da cumulação, ante da ausência de previsão constitucional ou legal no sentido da limitação de carga horária.

6. Conforme mencionado pelo juízo *a quo*, "no caso vertente, a impetrante trouxe aos autos declarações (id. 4058200.1077627 e id.4058200.1077628) que atestam que, apesar de a jornada de trabalho formal exercida junto à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba ser de 30 (trinta) horas semanais e a jornada de trabalho formal a ser exercida junto à UFPB ser de 40 (quarenta) horas semanais, a jornada de trabalho material efetivamente cumprida pela impetrante, resultante da soma dos horários dos dois cargos, não ultrapassa 60 (sessenta) horas semanais e não implica incompatibilidade ou sobreposição de horários. Isto porque, no cargo de Professora da Educação Básica (regime de trabalho T-30) exercido junto à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, a impetrante ministra aulas apenas nas terças e quintas, sempre no turno da tarde (id. 4058200.1077627), enquanto que, no cargo de Professora Substituta de Língua Inglesa (regime de trabalho T-40), a ser exercido junto ao Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba, ela ministrará aulas de segunda a sexta, sempre no turno da manhã (id. 4058200.1077628). Assim, somados os horários de aulas ministradas pela impetrante nos cargos supracitados, resta evidenciado que ela não extrapolará, pela situação atual, o limite de jornada de trabalho estipulado pelo Parecer AGU-GQ-145/1998. Desse modo, demonstrada a plausibilidade das alegações, entendo que o perigo da demora consiste na possibilidade de preterição do direito subjetivo à posse que possui a impetrante, haja vista a sua aprovação no processo seletivo regido pelo Edital n.º 60/2016".

7. Apelação da UFPB não provida.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 118, § 2º, da Lei nº 8.112/90, sob o argumento de que a acumulação de cargos deve ser condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, o que segundo a recorrente não ocorreu no caso em questão.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de acumulação de cargos públicos, nas hipóteses constitucionais, quando a jornada total final ultrapassar 60 (sessenta) horas semanais.

A Primeira Seção desta Corte Superior vinha reconhecendo a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 (sessenta) horas semanais.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).

Segundo a orientação da Corte Maior, seguida por este Superior Tribunal, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública.

Confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS REMUNERADOS. ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. REQUISITO ÚNICO. AFERIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. A Primeira Seção desta Corte Superior tem reconhecido a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.

2. Contudo, o Supremo Tribunal Federal, reiteradamente, posiciona-se "[...] no sentido de que a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (RE 1.094.802 AgR, Relator Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, julgado em 11/5/2018, DJe 24/5/2018).

3. Segundo a orientação da Corte Maior, o único requisito estabelecido para a acumulação é a compatibilidade de horários no exercício das funções, cujo cumprimento deverá ser aferido pela administração pública. Precedentes.

4. Adequação do entendimento desta Corte ao posicionamento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1746784/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018)

No tocante à compatibilidade de horários, assim decidiu o Tribunal *a quo, verbis*:

O caso dos autos não envolve nenhum cargo que deve ser exercido em regime de dedicação exclusiva, tampouco há demonstração de incompatibilidade de horários no exercício dos cargos. O fato de a carga horária de trabalho da particular, no exercício cumulado dos cargos públicos, atingir 70 (setenta) horas semanais, não implicará, por si só, a ilegalidade da cumulação, ante a ausência de previsão constitucional ou legal no sentido da limitação de carga horária.

Conforme mencionado pelo juízo *a quo*, "no caso vertente, a impetrante trouxe aos autos declarações (id. 4058200.1077627 e id.4058200.1077628) que atestam que, apesar de a jornada de trabalho formal exercida junto à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba ser de 30 (trinta) horas semanais e a jornada de trabalho formal a ser exercida junto à UFPB ser de 40 (quarenta) horas semanais, a jornada de trabalho material efetivamente cumprida pela impetrante, resultante da soma dos horários dos dois cargos, não ultrapassa 60 (sessenta) horas semanais e não implica incompatibilidade ou sobreposição de horários. Isto porque, no cargo de Professora da Educação Básica (regime de trabalho T-30) exercido junto à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, a impetrante ministra aulas apenas nas terças e quintas, sempre no turno da tarde (id. 4058200.1077627), enquanto que, no cargo de Professora Substituta de Língua Inglesa (regime de trabalho T-40), a ser exercido junto ao Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba, ela ministrará aulas de segunda a sexta, sempre no turno da manhã (id. 4058200.1077628). Assim,

Superior Tribunal de Justiça

somados os horários de aulas ministradas pela impetrante nos cargos supracitados, resta evidenciado que ela não extrapolará, pela situação atual, o limite de jornada de trabalho estipulado pelo Parecer AGU-GQ-145/1998. Desse modo, demonstrada a plausibilidade das alegações, entendo que o perigo da demora consiste na possibilidade de preterição do direito subjetivo à posse que possui a impetrante, haja vista a sua aprovação no processo seletivo regido pelo Edital nº 60/2016.". (fls. 153-154)

Por outro lado, não há nos autos qualquer informação no sentido de que a Administração Pública teria realização efetivamente a aferição pela incompatibilidade de horários, tendo baseado o apontado indeferimento de acumulação na presunção de incompatibilidade somente pela soma, em tese, das jornadas.

Desse modo, inviável a análise do pleito recursal no sentido de que haveria incompatibilidade de horários, uma vez que demandaria análise do conjunto fático-probatório dos autos, de modo a atrair a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de agosto de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator